

Para Além do Componente Emocional:
A trajetória das mulheres do MST na constante luta contra a repressão Estatal¹

Gabriel Amaral de Carvalho
UnB/Distrito Federal

Palavras-chave: mulheres camponesas; MST; violência no campo.

1. Introdução

A participação das mulheres nos movimentos sociais rurais constitui elemento fundamental para a compreensão das transformações políticas ocorridas no campo brasileiro nas últimas décadas. Embora a presença feminina tenha sido constante desde as primeiras experiências de organização camponesa, sua visibilidade como sujeito político autônomo foi historicamente limitada por estruturas sociais marcadas pela divisão sexual do trabalho e pela predominância masculina nos espaços de representação e decisão. No caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), essa trajetória revela tensões permanentes entre a centralidade da luta de classes e a necessidade de reconhecer as especificidades das desigualdades de gênero presentes tanto na sociedade brasileira quanto no interior das próprias organizações populares.

Os primeiros materiais formativos do MST evidenciam essa contradição. Apesar do reconhecimento da importância da participação das mulheres nos diferentes níveis organizativos do movimento, as questões relacionadas à opressão de gênero apareciam subordinadas ao horizonte mais amplo da transformação das relações de classe. A emancipação feminina era concebida, predominantemente, como consequência da superação do capitalismo e da democratização do acesso à terra, perspectiva que, embora relevante, tendia a secundarizar experiências específicas de violência e exclusão vividas pelas trabalhadoras rurais.

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, contudo, mudanças significativas alteraram esse cenário. A aproximação do MST com a Via Campesina e a consolidação de redes transnacionais de movimentos camponeses possibilitaram a incorporação de novas agendas políticas, entre elas a agroecologia, a soberania alimentar, a crítica ao modelo agroexportador e a defesa dos direitos das mulheres. Nesse contexto, a figura da mulher camponesa deixou de ser associada exclusivamente à esfera doméstica e familiar para

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

assumir papel central na condução de mobilizações coletivas, ocupações de terra e campanhas nacionais de denúncia contra práticas predatórias do agronegócio.

A emergência das mulheres como protagonistas da luta pela terra não significou apenas uma ampliação quantitativa de sua participação política. Trata-se, sobretudo, de uma transformação qualitativa do repertório de ação dos movimentos sociais rurais. As pautas relacionadas ao combate aos agrotóxicos, à preservação ambiental, à produção agroecológica e à defesa da vida adquiriram centralidade nas estratégias políticas do MST, articulando demandas históricas pela reforma agrária a reivindicações vinculadas à justiça ambiental e à igualdade de gênero. Dessa forma, a disputa pela terra passou a ser compreendida não apenas como questão econômica, mas também como luta pela reprodução social, pela autonomia das comunidades camponesas e pela construção de formas alternativas de relação com a natureza.

Entretanto, a ampliação do protagonismo feminino também produziu novas formas de enfrentamento e repressão. As ocupações lideradas por mulheres frequentemente encontraram resistência por parte do aparato estatal e de agentes privados vinculados aos interesses do agronegócio. Ações policiais, decisões judiciais favoráveis à manutenção da propriedade privada e a atuação de milícias rurais e empresas de segurança constituem elementos recorrentes na história recente dos conflitos agrários brasileiros. Em muitos casos, a violência ultrapassa os limites da coerção física direta, manifestando-se por meio da criminalização política, da deslegitimação midiática e da lentidão institucional dos processos de desapropriação de terras.

Nesse sentido, compreender a experiência das mulheres sem-terra exige analisar a articulação entre diferentes sistemas de poder. A concentração fundiária brasileira, herança histórica do período colonial e da modernização conservadora do campo, relaciona-se profundamente às estruturas patriarcais que organizam a divisão social do trabalho e definem padrões de autoridade política. A violência exercida contra mulheres camponesas não pode, portanto, ser interpretada apenas como consequência dos conflitos pela posse da terra, mas deve ser entendida como expressão de mecanismos mais amplos de dominação econômica, social e simbólica.

Este artigo parte dessa perspectiva para investigar como a constituição das mulheres do MST como sujeito político transformou as agendas da luta agrária e, simultaneamente, produziu novas modalidades de repressão estatal e paraestatal. O objetivo central consiste em analisar experiências ocorridas entre 2006 e 2026, privilegiando ocupações e mobilizações marcadas pelo protagonismo feminino. Busca-se identificar continuidades

e mudanças nos mecanismos de violência empregados contra as trabalhadoras rurais, bem como compreender as estratégias de resistência construídas por essas mulheres diante das múltiplas formas de exclusão e criminalização.

Ao privilegiar a análise das experiências femininas, o trabalho pretende contribuir para os debates sobre gênero, movimentos sociais e conflitos agrários no Brasil contemporâneo. Mais do que inserir as mulheres como personagens adicionais da história da reforma agrária, trata-se de reconhecer sua atuação como elemento constitutivo das transformações políticas e culturais que redefinem os sentidos da luta pela terra no século XXI.

2. Metodologia

A presente pesquisa possui caráter qualitativo e fundamenta-se em procedimentos de análise bibliográfica e documental. A opção metodológica decorre da necessidade de compreender processos históricos complexos que articulam relações de gênero, conflitos fundiários e mecanismos institucionais de repressão, exigindo a interpretação de diferentes tipos de fontes e registros produzidos ao longo do tempo.

O corpus documental utilizado reúne materiais de natureza diversa, incluindo cadernos de formação do MST, documentos institucionais da Via Campesina, reportagens jornalísticas, notas públicas de organizações de direitos humanos, registros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), arquivos produzidos pelo próprio movimento e estudos acadêmicos sobre campesinato, feminismo rural e violência no campo. A diversidade dessas fontes permite confrontar narrativas distintas acerca dos conflitos analisados, contribuindo para uma compreensão mais ampla das disputas políticas e simbólicas que os atravessam.

A pesquisa não pretende reconstruir exaustivamente cada episódio selecionado, tampouco produzir estudos de caso isolados e autossuficientes. O objetivo principal consiste em identificar padrões recorrentes de violência, criminalização e resistência presentes nas experiências protagonizadas por mulheres do MST. Nesse sentido, os casos analisados são mobilizados como expressões particulares de processos históricos mais amplos relacionados à defesa da propriedade privada, à concentração fundiária e à atuação do Estado brasileiro nos conflitos agrários.

Foram selecionadas ocupações e mobilizações realizadas entre 2006 e 2026 que apresentam forte participação feminina ou que foram explicitamente organizadas por mulheres vinculadas ao MST e à Via Campesina. Entre elas destacam-se a ocupação da

área da Syngenta Seeds, no Paraná; os conflitos da Fazenda Southall, no Rio Grande do Sul; o Acampamento 8 de Março, no Distrito Federal; a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas; e experiências recentes ocorridas nos estados da Bahia e do Tocantins.

A análise desenvolvida adota uma perspectiva interdisciplinar, articulando contribuições dos estudos de gênero, da sociologia rural e da antropologia dos movimentos sociais. Tal abordagem permite compreender a violência não apenas como evento excepcional ou resultado imediato dos confrontos pela terra, mas como fenômeno estrutural relacionado às formas históricas de organização do poder no campo brasileiro. Desse modo, a pesquisa procura evidenciar como relações de classe, gênero e territorialidade se combinam na produção de mecanismos de exclusão e, simultaneamente, na construção de estratégias coletivas de resistência.

Por fim, reconhece-se que a própria disponibilidade das fontes constitui elemento analítico relevante. Em diversos episódios, a escassez de informações detalhadas sobre a participação das mulheres, a substituição da categoria “mulheres” pela noção genérica de “famílias” e o desaparecimento de registros institucionais revelam processos persistentes de invisibilização política. Assim, as ausências documentais também são interpretadas como parte das dinâmicas históricas que estruturam a relação entre gênero e poder nos conflitos agrários brasileiros.

3. Gênero, campesinato e a construção política das mulheres no MST

A compreensão da participação das mulheres nos movimentos sociais rurais exige o reconhecimento de que as relações de gênero constituem dimensões estruturantes das formas de organização política, econômica e simbólica das sociedades. Conforme argumenta Joan Scott (1995), o gênero não corresponde apenas a diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas representa uma categoria analítica fundamental para compreender a produção histórica das relações de poder. Nesse sentido, investigar a trajetória das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) implica analisar os mecanismos pelos quais a desigualdade de gênero foi construída, legitimada e contestada no contexto das disputas agrárias brasileiras.

A contribuição de Heleieth Saffioti (2015) é particularmente relevante para esse debate ao demonstrar que patriarcado, capitalismo e violência constituem sistemas interdependentes. A exploração econômica das mulheres não ocorre de maneira isolada, mas articula-se às formas históricas de dominação masculina e às estruturas de classe que

organizam a sociedade. No espaço rural, essa articulação assume características específicas, uma vez que a divisão sexual do trabalho associa os homens às atividades produtivas reconhecidas socialmente e as mulheres às funções reprodutivas, domésticas e de cuidado, frequentemente invisibilizadas pelas instituições e pelos próprios movimentos sociais.

Historicamente, a figura da trabalhadora rural no Brasil foi construída a partir da centralidade da família camponesa. Durante grande parte do século XX, políticas públicas, sindicatos e organizações agrícolas reconheciam os homens como chefes de família e representantes legítimos do trabalho no campo, relegando às mulheres uma posição secundária. Como observa Maria Ignez Paulilo (2004), o trabalho feminino era frequentemente entendido como ajuda ou complemento à produção agrícola, mesmo quando desempenhava papel decisivo para a manutenção econômica das unidades familiares. Tal invisibilização produziu impactos profundos na participação política das mulheres e no reconhecimento de seus direitos sociais e trabalhistas.

A emergência dos movimentos feministas rurais e das organizações de mulheres camponesas, sobretudo a partir dos anos 1980, contribuiu para questionar essas estruturas históricas de exclusão. A criação de espaços próprios de articulação política permitiu que trabalhadoras rurais formulassem reivindicações relacionadas não apenas ao acesso à terra, mas também à previdência social, à saúde, à educação e ao combate às diversas formas de violência de gênero. Essas experiências influenciaram significativamente os debates internos do MST, pressionando o movimento a incorporar novas perspectivas sobre participação política e igualdade.

No interior do MST, o reconhecimento das mulheres como sujeito político ocorreu de maneira gradual e marcada por tensões. Os primeiros cadernos de formação do movimento enfatizavam a necessidade da participação feminina nos diferentes níveis organizativos, mas mantinham a interpretação de que a emancipação das mulheres decorreria prioritariamente da superação das desigualdades de classe. A opressão de gênero aparecia como expressão do sistema capitalista e, portanto, subordinada à luta mais ampla pela reforma agrária e pela transformação social.

Essa concepção começou a ser modificada a partir da ampliação das experiências formativas promovidas pelo movimento. A publicação de materiais específicos sobre a condição feminina e a criação de espaços de debate internos possibilitaram a construção de novas formas de participação política. Conforme argumenta Roseli Salete Caldart (2004), a pedagogia do MST caracteriza-se por sua capacidade de produzir sujeitos

coletivos por meio da experiência da luta e da formação permanente. Nesse processo, as mulheres deixaram de ocupar exclusivamente funções associadas à reprodução social para assumirem posições de liderança, coordenação e formulação política.

A aproximação entre o MST e a Via Campesina, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, representou um marco decisivo nessa transformação. A articulação internacional introduziu novos referenciais políticos relacionados à soberania alimentar, à agroecologia e aos direitos das mulheres camponesas. O conceito de mulher camponesa passou a expressar não apenas uma identidade ocupacional, mas também um projeto político alternativo ao modelo de desenvolvimento baseado na concentração fundiária e na expansão do agronegócio.

A agroecologia ocupa posição central nesse processo de redefinição política. Diferentemente das perspectivas tradicionais da modernização agrícola, que priorizam produtividade e inserção nos mercados globais, a agroecologia propõe formas sustentáveis de produção fundamentadas na diversidade biológica, na autonomia das comunidades e na valorização dos conhecimentos locais. As mulheres desempenham papel estratégico nessa construção, especialmente por sua atuação na preservação de sementes crioulas, no cultivo de plantas medicinais e na produção destinada à segurança alimentar das famílias.

A defesa da soberania alimentar, conceito amplamente difundido pela Via Campesina, também ampliou os horizontes da luta pela terra. O acesso à propriedade deixou de ser compreendido apenas como mecanismo de inclusão econômica e passou a envolver o direito coletivo de definir modelos de produção, consumo e relação com a natureza. Nessa perspectiva, a luta das mulheres camponesas articula dimensões econômicas, ambientais e culturais, questionando simultaneamente o patriarcado e a lógica expansiva do capitalismo agrário.

Entretanto, a ampliação do protagonismo feminino produziu novas formas de conflito e resistência. A presença das mulheres na linha de frente das ocupações, manifestações e denúncias ambientais confronta estruturas históricas de poder que associam autoridade política à masculinidade e à propriedade da terra. Como consequência, a violência dirigida às mulheres camponesas assume múltiplas dimensões, envolvendo desde agressões físicas e ameaças até processos de criminalização institucional e invisibilização simbólica.

Nesse contexto, a análise das experiências das mulheres do MST exige uma abordagem que reconheça a interdependência entre gênero, classe e território. As

desigualdades enfrentadas por essas trabalhadoras não derivam exclusivamente de sua condição feminina nem apenas de sua posição econômica, mas resultam da articulação histórica entre diferentes sistemas de dominação. A luta pela terra, portanto, constitui simultaneamente uma luta pela democratização das relações sociais, pela valorização do trabalho das mulheres e pela construção de formas alternativas de organização da vida coletiva.

Compreender essa dinâmica é fundamental para interpretar os conflitos agrários contemporâneos. O protagonismo das mulheres não representa uma dimensão acessória da reforma agrária, mas um elemento central das transformações políticas que redefinem os sentidos da resistência camponesa no Brasil. Ao reivindicarem terra, dignidade, autonomia e preservação ambiental, as mulheres sem-terra produzem novas formas de ação coletiva capazes de desafiar tanto a concentração fundiária quanto as estruturas patriarcais que historicamente sustentaram o poder no campo brasileiro.

4. Via Campesina, agroecologia e a ampliação das agendas de luta

A inserção do MST na Via Campesina internacional representou uma das mudanças mais significativas na trajetória política do movimento durante as últimas décadas. Criada em 1993, a Via Campesina consolidou-se como uma articulação global de organizações rurais comprometidas com a defesa da soberania alimentar, da reforma agrária e dos direitos dos povos do campo. Sua influência permitiu que as lutas locais fossem reinterpretadas a partir de perspectivas transnacionais, incorporando debates relacionados à preservação ambiental, aos impactos do agronegócio e à participação política das mulheres.

Nesse contexto, as mulheres assumiram papel central na formulação das novas agendas políticas. A crítica ao monocultivo, aos transgênicos e ao uso intensivo de agrotóxicos passou a dialogar diretamente com experiências cotidianas de cuidado, alimentação e reprodução social desenvolvidas pelas trabalhadoras rurais. A defesa da agroecologia emergiu não apenas como alternativa técnica ao modelo agrícola dominante, mas como projeto político capaz de articular justiça social, sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero.

As mobilizações protagonizadas por mulheres, especialmente a partir dos anos 2000, evidenciam essa transformação. A ocupação dos viveiros da Aracruz Celulose, em 2006, tornou-se símbolo da denúncia aos chamados “desertos verdes” produzidos pela monocultura do eucalipto. A ação coletiva expressou uma nova compreensão da luta pela

terra, na qual a preservação dos recursos naturais e a defesa da biodiversidade ocupam posição estratégica. A terra deixa de ser concebida exclusivamente como meio de produção e passa a representar espaço de reprodução cultural, social e ecológica das comunidades camponesas.

A ampliação dessas agendas, contudo, provocou reações intensas por parte de agentes econômicos e instituições estatais. Processos judiciais, denúncias criminais e campanhas de deslegitimação pública passaram a acompanhar manifestações organizadas por mulheres camponesas. Tal fenômeno demonstra que a disputa contemporânea pela terra envolve não apenas a distribuição fundiária, mas também a definição dos modelos de desenvolvimento considerados legítimos para o campo brasileiro.

A articulação entre feminismo camponês e agroecologia constitui, portanto, um dos elementos mais inovadores das experiências políticas recentes do MST. Ao questionarem simultaneamente a concentração da terra, a degradação ambiental e as desigualdades de gênero, as mulheres produzem novas formas de resistência que ampliam os horizontes da reforma agrária e redefinem os sentidos da cidadania rural no Brasil contemporâneo.

5. A ocupação da Syngenta Seeds (2006–2008): soberania alimentar, violência privada e disputa pela função social da terra

A ocupação da área pertencente à empresa Syngenta Seeds, localizada em Santa Tereza do Oeste, no estado do Paraná, constitui um dos episódios mais emblemáticos da articulação entre luta agrária, defesa ambiental e protagonismo feminino no interior do MST e da Via Campesina. Realizada em março de 2006 por aproximadamente 850 militantes, a ação denunciava a utilização irregular de sementes transgênicas de soja e milho em áreas próximas ao Parque Nacional do Iguaçu, contrariando normas ambientais então vigentes e colocando em risco a preservação da biodiversidade regional.

A relevância política do episódio ultrapassa a dimensão estritamente fundiária. Diferentemente das ocupações tradicionais voltadas à reivindicação de terras para assentamentos produtivos, a mobilização da Syngenta possuía como objetivo central a denúncia pública dos impactos ambientais e sociais do modelo agroindustrial baseado na expansão dos transgênicos e do monocultivo. A luta pela terra articulava-se, portanto, à defesa da soberania alimentar e à crítica ao controle corporativo sobre a produção agrícola.

A influência da Via Campesina foi decisiva para essa reorientação estratégica. A incorporação das pautas ambientais permitiu que as mulheres camponesas assumissem

protagonismo crescente nas mobilizações, relacionando a preservação dos recursos naturais às condições concretas de reprodução da vida comunitária. O combate aos agrotóxicos, a valorização das sementes crioulas e a defesa da agroecologia passaram a constituir elementos centrais das reivindicações femininas, conferindo novas dimensões à luta pela reforma agrária.

Entretanto, a reação institucional demonstrou os limites da proteção jurídica conferida à função social da propriedade no Brasil. Apesar das denúncias relativas às irregularidades ambientais, as decisões judiciais priorizaram a manutenção da posse empresarial, reafirmando a centralidade do direito de propriedade diante dos interesses coletivos relacionados à preservação ambiental e à soberania alimentar. A lentidão dos mecanismos estatais responsáveis pela fiscalização e eventual desapropriação contrastou com a rapidez das medidas destinadas à reintegração de posse.

O conflito atingiu seu ponto mais dramático em outubro de 2007, quando integrantes da empresa de segurança privada NF Segurança, contratada pela Syngenta, invadiram a área ocupada e abriram fogo contra os militantes. O ataque resultou no assassinato de Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno, e deixou diversos feridos, entre eles Izabel do Nascimento, que perdeu a visão de um dos olhos e sofreu sequelas permanentes. O episódio evidencia a permanência histórica da violência privada como instrumento de proteção dos interesses fundiários e empresariais no campo brasileiro.

A atuação dessas milícias privadas revela uma característica fundamental dos conflitos agrários contemporâneos: a coexistência entre mecanismos formais e informais de repressão. Enquanto o aparato judicial assegura a proteção legal da propriedade privada, grupos armados privados exercem funções coercitivas que frequentemente ultrapassam os limites da legalidade. Em muitos casos, tais grupos mantêm vínculos diretos ou indiretos com agentes públicos, dificultando investigações e ampliando a sensação de impunidade.

A posterior criação do Centro de Ensino e Pesquisa em Agroecologia Valmir Mota de Oliveira representa uma conquista simbólica e política significativa. A transformação da área em espaço dedicado à produção de conhecimento agroecológico demonstra que as disputas pela terra envolvem não apenas a posse física do território, mas também a definição dos modelos de desenvolvimento considerados legítimos para o futuro do campo brasileiro. Nesse sentido, a experiência da Syngenta consolidou a agroecologia como uma das principais bandeiras políticas das mulheres do MST e da Via Campesina.

Mais do que um conflito localizado, a ocupação da Syngenta sintetiza tensões estruturais entre agronegócio, direitos ambientais e participação política das mulheres. A centralidade feminina nas mobilizações contribuiu para ampliar o alcance das reivindicações, deslocando o debate da simples distribuição fundiária para a defesa da vida, da biodiversidade e da autonomia alimentar das populações camponesas.

6. Fazenda Southall (2009): criminalização dos movimentos sociais e a persistência da violência estatal

Os acontecimentos ocorridos na Fazenda Southall, no município de São Gabriel, Rio Grande do Sul, em 2009, representam um dos episódios mais significativos da violência estatal dirigida contra trabalhadores rurais organizados. A ocupação, realizada por aproximadamente quinhentas pessoas, entre elas mulheres e crianças em número expressivo, reivindicava a desapropriação de áreas consideradas improdutivas e a efetivação de processos de reforma agrária anteriormente anunciados pelos órgãos federais responsáveis.

A presença predominante de mulheres e crianças conferiu à mobilização características particulares. Historicamente, a participação feminina em ocupações rurais foi frequentemente associada à dimensão familiar e comunitária dos assentamentos, funcionando, em determinadas circunstâncias, como estratégia para reduzir a intensidade da repressão estatal. Entretanto, o caso da Fazenda Southall demonstra os limites dessa interpretação. A operação de reintegração de posse mobilizou aproximadamente trezentos policiais militares e utilizou equipamentos destinados à destruição das estruturas erguidas pelos acampados, revelando elevado grau de militarização da ação estatal.

A morte de Elton Brum da Silva durante a operação tornou-se símbolo da persistência da violência institucional nos conflitos agrários brasileiros. O trabalhador rural foi atingido por disparo efetuado pelas costas, fato que contradisse versões oficiais inicialmente apresentadas pelas autoridades responsáveis pela operação. Além da morte de Elton, relatos independentes indicam a existência de diversos feridos, incluindo mulheres e crianças atingidas por estilhaços, agressões físicas e ataques promovidos por cães utilizados pelas forças policiais.

O episódio evidencia a permanência de uma lógica histórica de criminalização dos movimentos sociais rurais. As ocupações de terra continuam sendo frequentemente interpretadas como ameaças à ordem pública e à propriedade privada, legitimando o emprego de estratégias repressivas desproporcionais. A linguagem utilizada por

representantes do poder público, ao classificarem as ações do MST como invasões ou atos criminosos, contribui para a construção de narrativas que deslegitimam reivindicações vinculadas a direitos constitucionalmente assegurados.

A atuação das instituições jurídicas também revela contradições importantes. Embora a Constituição Federal estabeleça a função social da propriedade como princípio orientador da política agrária, os mecanismos destinados à proteção da posse privada demonstram maior eficácia e rapidez que aqueles voltados à implementação da reforma agrária. O caso Southall ilustra precisamente essa assimetria: enquanto os processos de desapropriação permaneciam sujeitos a recursos e negociações prolongadas, a reintegração de posse foi executada por meio de ampla mobilização policial.

A condenação posterior do policial responsável pela morte de Elton Brum representou avanço importante no reconhecimento da responsabilidade estatal, mas não eliminou os efeitos estruturais da violência produzida pela operação. A reparação financeira concedida à família da vítima, embora relevante, não altera as condições históricas que permitem a recorrência de práticas semelhantes em diferentes regiões do país.

Do ponto de vista das mulheres participantes da ocupação, a violência produziu impactos que ultrapassam a dimensão física imediata. A perda de companheiros, lideranças comunitárias e referências familiares afeta profundamente as estratégias coletivas de resistência e reorganiza as relações sociais nos acampamentos. A morte de homens identificados como provedores ou dirigentes políticos impõe às mulheres novas responsabilidades econômicas, afetivas e organizativas, ampliando simultaneamente sua vulnerabilidade e seu protagonismo político.

Nesse sentido, a experiência da Fazenda Southall demonstra que a violência estatal não opera apenas como mecanismo de contenção territorial. Ela constitui instrumento de disciplinamento social que busca enfraquecer redes comunitárias, desarticular lideranças e reafirmar a autoridade das instituições encarregadas da proteção da propriedade privada. A resistência das mulheres diante dessas circunstâncias revela, por outro lado, a capacidade dos movimentos camponeses de reconstruir formas coletivas de organização e solidariedade mesmo em contextos marcados pela repressão e pela perda.

A análise comparativa entre os casos da Syngenta e da Fazenda Southall permite identificar uma característica central dos conflitos agrários contemporâneos: a combinação entre violência privada e violência estatal na defesa dos interesses fundiários e empresariais. Se, no primeiro caso, a atuação de milícias privadas desempenhou papel

decisivo, no segundo a repressão ocorreu por meio das instituições formais do Estado. Em ambos os contextos, contudo, observa-se a prevalência de mecanismos destinados a preservar a estrutura concentradora da propriedade da terra e a limitar a expansão das experiências políticas protagonizadas por mulheres camponesas.

7. O Acampamento 8 de Março no Distrito Federal: mulheres, grilagem e resistência territorial

A ocupação da Fazenda Toca da Raposa, em Planaltina, no Distrito Federal, realizada em março de 2012 por aproximadamente seiscentas trabalhadoras rurais, representa uma das experiências mais duradouras de protagonismo feminino na luta pela terra na região do Centro-Oeste. A escolha da data não possui caráter meramente simbólico: ao associar a ocupação ao Dia Internacional da Mulher, as manifestantes reivindicaram o reconhecimento das mulheres camponesas como agentes centrais da transformação social e da democratização do acesso à terra.

As denúncias formuladas pelas ocupantes ultrapassavam a questão fundiária tradicional. Além da reivindicação pela destinação da área para fins de reforma agrária, as trabalhadoras denunciaram o uso irregular de agrotóxicos, práticas de grilagem e impactos ambientais decorrentes da exploração intensiva da propriedade. A convergência entre pautas agrárias e ambientais evidencia a ampliação do repertório político das mulheres do MST, aproximando suas demandas das discussões internacionais sobre justiça ambiental e soberania alimentar.

O caso revela, igualmente, as limitações dos mecanismos institucionais destinados à regularização fundiária. Apesar da existência de indícios relativos à ocupação irregular de terras públicas e de questionamentos jurídicos sobre a documentação apresentada pelos proprietários, os processos judiciais permaneceram marcados pela morosidade e pela predominância da proteção à propriedade privada. A concessão de pequenas parcelas de terra às famílias assentadas não foi suficiente para garantir condições efetivas de reprodução econômica e social, sobretudo diante das dificuldades de acesso a políticas públicas de crédito e comercialização.

As denúncias relativas à atuação de jagunços e à utilização de maquinário agrícola para inviabilizar as plantações demonstram que a violência no campo não se restringe às ações formais do Estado. A intimidação permanente produz insegurança material e psicológica, dificultando a consolidação dos assentamentos e impondo obstáculos adicionais à permanência das famílias na terra. Nesse contexto, as mulheres assumem

papel estratégico na manutenção das redes comunitárias e na preservação das atividades produtivas voltadas à subsistência coletiva.

O Acampamento 8 de Março simboliza, portanto, a convergência entre luta feminista, defesa ambiental e resistência territorial. A permanência das famílias no local durante mais de uma década revela a capacidade organizativa das mulheres camponesas e evidencia a persistência dos conflitos fundiários mesmo em regiões próximas aos centros decisórios do Estado brasileiro.

8. A Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas (2015): feminismo camponês e ampliação das agendas políticas

A Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas, realizada em março de 2015, constitui um marco na consolidação das mulheres rurais como protagonistas das mobilizações sociais brasileiras. Aproximadamente trinta mil mulheres participaram de manifestações distribuídas por diferentes estados do país, articulando reivindicações relacionadas à reforma agrária, à agroecologia, à preservação ambiental e aos direitos das mulheres trabalhadoras do campo.

A amplitude das pautas apresentadas demonstra uma transformação significativa no interior dos movimentos sociais rurais. A luta pela terra deixou de ocupar posição isolada e passou a integrar um projeto político mais abrangente, comprometido com a soberania alimentar, a igualdade de gênero e a defesa dos bens comuns. As manifestações denunciaram a expansão dos monocultivos, o uso intensivo de agrotóxicos e os impactos socioambientais produzidos pelo agronegócio, ao mesmo tempo em que reivindicaram políticas públicas voltadas à produção agroecológica e à valorização do trabalho feminino.

A presença de temas como o combate ao feminicídio, a ampliação dos direitos reprodutivos e o reconhecimento das trabalhadoras rurais como sujeitas de direitos evidencia a aproximação entre os movimentos camponeses e as agendas feministas contemporâneas. Trata-se de um processo de ressignificação política no qual as experiências cotidianas das mulheres passam a ocupar posição central na formulação das estratégias coletivas de resistência.

O conceito de feminismo camponês emerge, nesse contexto, como ferramenta analítica e política capaz de articular questões tradicionalmente tratadas de forma separada. A opressão de gênero é compreendida em conexão com a concentração fundiária, a exploração econômica e a degradação ambiental. A emancipação das

mulheres depende, simultaneamente, da democratização do acesso à terra e da transformação das relações sociais que sustentam as desigualdades no campo.

As reações institucionais às mobilizações demonstram, contudo, a persistência da criminalização das ações coletivas. Em diversas localidades, manifestações organizadas por mulheres enfrentaram intervenções policiais e tentativas de desmobilização. A utilização da força para conter protestos pacíficos revela a dificuldade das instituições estatais em reconhecer a legitimidade das reivindicações apresentadas pelos movimentos sociais rurais.

Apesar desses obstáculos, a Jornada de 2015 consolidou uma nova etapa da participação política feminina no campo brasileiro. As mulheres deixaram de atuar exclusivamente como apoiadoras das lutas agrárias para se constituírem como formuladoras de projetos alternativos de sociedade, nos quais justiça social, igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental aparecem como dimensões inseparáveis.

9. Conflitos recentes: Bahia (2023) e Tocantins (2026)

Os conflitos ocorridos na Fazenda Santa Maria, na Bahia, e na Fazenda Santo Hilário, no Tocantins, demonstram a permanência histórica dos mecanismos de violência e exclusão que caracterizam a estrutura fundiária brasileira. Embora separados por contextos regionais distintos, ambos os casos evidenciam a continuidade da atuação de agentes privados armados, a morosidade dos processos judiciais e a dificuldade de implementação efetiva da reforma agrária.

Na Bahia, a ocupação da Fazenda Santa Maria por mulheres do MST retomou denúncias relacionadas à improdutividade da área e à exploração irregular dos recursos naturais. As acusações de extração ilegal de madeira e o histórico de despejos anteriores revelam a complexidade das disputas territoriais na região da Chapada Diamantina. A presença de jagunços contratados por proprietários rurais reforça a persistência de formas privadas de coerção que atuam paralelamente às instituições estatais.

No Tocantins, a ocupação da Fazenda Santo Hilário insere-se em contexto marcado por denúncias de trabalho escravo, assassinatos e grilagem de terras públicas. Mesmo após decisões judiciais favoráveis à União, a permanência irregular dos antigos proprietários evidencia as limitações dos mecanismos institucionais responsáveis pela garantia da função social da propriedade. A lentidão dos processos administrativos e a insuficiência das políticas agrárias ampliam a vulnerabilidade das famílias acampadas e favorecem a reprodução dos conflitos.

A participação das mulheres nesses episódios revela continuidades importantes em relação às experiências anteriores analisadas. As trabalhadoras rurais não apenas participam das ocupações, mas desempenham funções centrais na organização comunitária, na produção de alimentos e na mediação dos conflitos locais. Sua atuação contribui para a manutenção da coesão social dos acampamentos e para a construção de estratégias coletivas de enfrentamento às diferentes formas de violência.

Os casos recentes indicam, ainda, a permanência de alianças históricas entre elites agrárias, setores do aparato estatal e grupos privados de segurança. A proteção institucional conferida à grande propriedade continua operando de maneira mais eficiente que os instrumentos destinados à democratização do acesso à terra. Tal assimetria reforça a percepção de que a violência no campo brasileiro não constitui fenômeno excepcional, mas elemento estruturante das relações políticas e econômicas que organizam o território nacional.

Ao mesmo tempo, as experiências da Bahia e do Tocantins demonstram a capacidade de reinvenção das formas de resistência camponesa. A articulação entre mulheres, movimentos sociais e organizações de direitos humanos amplia a visibilidade dos conflitos e fortalece redes de solidariedade capazes de enfrentar, ainda que parcialmente, os mecanismos tradicionais de exclusão e repressão. Nesse sentido, o protagonismo feminino permanece como um dos principais fatores de renovação política das lutas agrárias brasileiras no século XXI.

10. Discussão: propriedade privada, violência e gênero no campo brasileiro

A análise dos casos apresentados permite identificar a existência de padrões recorrentes na forma como o Estado brasileiro e os agentes privados respondem às mobilizações protagonizadas por mulheres do MST. Embora os episódios ocorram em contextos históricos e regionais distintos, observa-se uma continuidade estrutural na defesa da propriedade privada e na criminalização das ações coletivas voltadas à democratização do acesso à terra.

Um primeiro aspecto refere-se à assimetria entre os mecanismos destinados à proteção da propriedade e aqueles responsáveis pela efetivação da reforma agrária. Nos diferentes casos analisados, decisões judiciais relacionadas à reintegração de posse e à garantia dos direitos dos proprietários foram executadas com rapidez e eficiência institucional. Em contrapartida, processos de desapropriação, investigações sobre crimes ambientais, denúncias de trabalho escravo e questionamentos acerca da função social da

propriedade permaneceram sujeitos a longos períodos de tramitação, frequentemente marcados pela ausência de soluções concretas.

Essa dinâmica evidencia a permanência de uma cultura jurídica profundamente influenciada pela tradição patrimonialista brasileira. Conforme demonstram estudos clássicos sobre a formação social do país, a terra continua sendo elemento central na constituição do poder político e econômico das elites regionais. A proteção da grande propriedade ultrapassa os limites do ordenamento jurídico formal e articula-se a redes de influência capazes de mobilizar instituições públicas, agentes privados e mecanismos de coerção direta.

A violência desempenha papel decisivo nesse processo. Entretanto, sua manifestação não se limita às ações ostensivas da polícia ou aos ataques promovidos por jagunços e empresas de segurança privada. A violência assume dimensões múltiplas e complementares, envolvendo práticas de criminalização política, invisibilização simbólica e precarização das condições materiais de existência das comunidades camponesas. A lentidão na implementação de políticas públicas, a ausência de assistência técnica e a dificuldade de acesso a mercados institucionais constituem formas indiretas de exclusão que comprometem a permanência das famílias na terra.

No caso das mulheres, essas formas de violência articulam-se às desigualdades historicamente produzidas pelas relações patriarcais. A participação feminina nos movimentos sociais rurais desafia não apenas a concentração fundiária, mas também estruturas culturais que associam autoridade política e liderança pública à masculinidade. O protagonismo das mulheres do MST representa, portanto, uma dupla ruptura: questiona simultaneamente o monopólio da terra e o monopólio masculino do poder.

As experiências analisadas demonstram que a emergência das mulheres como sujeito político produziu transformações profundas nas agendas dos movimentos sociais rurais. Questões relacionadas à soberania alimentar, à preservação ambiental, ao combate aos agrotóxicos e aos direitos reprodutivos passaram a ocupar posição estratégica na luta pela reforma agrária. Essa ampliação do repertório político permitiu a construção de alianças nacionais e internacionais que fortaleceram a capacidade organizativa das comunidades camponesas.

Ao mesmo tempo, a incorporação dessas novas pautas provocou reações intensas por parte dos setores vinculados ao agronegócio. A defesa da agroecologia e a crítica aos modelos produtivos baseados na monocultura e nos transgênicos confrontam interesses econômicos profundamente enraizados na estrutura exportadora brasileira. Nesse cenário,

a criminalização das mulheres militantes não constitui fenômeno isolado, mas integra estratégias mais amplas de contenção das alternativas políticas e econômicas construídas pelos movimentos populares.

Outro elemento relevante diz respeito às formas de memória e apagamento presentes nos conflitos agrários. A escassez de registros detalhados sobre a atuação das mulheres, a substituição da categoria “mulheres” por referências genéricas às “famílias” e o desaparecimento de documentos institucionais revelam mecanismos persistentes de invisibilização histórica. Recuperar essas experiências significa, portanto, não apenas ampliar o conhecimento acadêmico sobre os movimentos sociais rurais, mas também disputar narrativas acerca da própria história da reforma agrária no Brasil.

A centralidade das mulheres nos processos de resistência evidencia que a democratização do acesso à terra depende da transformação simultânea das relações de gênero. A reforma agrária não pode ser concebida exclusivamente como política de redistribuição econômica; ela envolve igualmente a construção de novas formas de participação política, organização comunitária e reconhecimento social. Nesse sentido, a experiência das mulheres sem-terra oferece importantes contribuições para pensar projetos de desenvolvimento fundamentados na justiça social, na sustentabilidade ambiental e na igualdade de direitos.

Considerações finais

Este estudo buscou analisar a constituição das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como sujeito político e as múltiplas formas de violência enfrentadas nos conflitos agrários brasileiros contemporâneos. A partir da investigação de diferentes experiências ocorridas entre 2006 e 2026, foi possível identificar continuidades históricas e transformações significativas nas relações entre gênero, Estado e disputa territorial.

Os casos analisados demonstram que a participação das mulheres ultrapassa a condição de apoio às mobilizações conduzidas por lideranças masculinas. As trabalhadoras rurais assumem posições centrais na formulação de estratégias políticas, na organização comunitária e na construção de agendas relacionadas à agroecologia, à soberania alimentar e à defesa dos direitos humanos. O protagonismo feminino constitui, portanto, elemento estruturante das transformações recentes do MST e dos movimentos camponeses latino-americanos.

Ao mesmo tempo, a ampliação dessa participação produziu novas modalidades de repressão e criminalização. A atuação articulada entre instituições estatais, interesses empresariais e grupos privados armados evidencia a permanência de mecanismos históricos destinados à preservação da concentração fundiária. A violência no campo brasileiro manifesta-se tanto por meio da força física quanto através de práticas institucionais que dificultam a implementação da função social da propriedade e a efetivação das políticas de reforma agrária.

A aproximação entre o MST e a Via Campesina desempenhou papel decisivo na redefinição das agendas políticas das mulheres camponesas. A incorporação da agroecologia, da crítica aos transgênicos e da defesa da biodiversidade ampliou os horizontes da luta pela terra, articulando reivindicações econômicas, ambientais e culturais. A terra passou a ser compreendida não apenas como meio de produção, mas como condição fundamental para a reprodução da vida, da memória e da autonomia das comunidades rurais.

Os resultados da pesquisa indicam que a análise das experiências femininas oferece perspectivas privilegiadas para compreender os conflitos agrários contemporâneos. As mulheres ocupam posições estratégicas na construção de redes de solidariedade, na preservação dos conhecimentos tradicionais e na formulação de alternativas ao modelo agroexportador dominante. Sua atuação desafia simultaneamente estruturas patriarcais e formas históricas de concentração da riqueza e do poder político.

Por fim, conclui-se que a democratização do acesso à terra depende do reconhecimento das mulheres como agentes centrais dos processos de transformação social. A luta pela reforma agrária e a luta pela igualdade de gênero não constituem agendas separadas, mas dimensões complementares de um mesmo projeto de justiça social. Compreender essa articulação é fundamental para interpretar os desafios e as possibilidades da construção democrática no campo brasileiro contemporâneo.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS UNICEUB. Em Planaltina, acampamento do MST vive impasse com fazenda vizinha. Cidadania e diversidade, [s. l.], [20--?]. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/cidadania-e-diversidade/ocupacao/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

AGROLINK. Justiça determina desocupação de fazenda de multinacional no PR. Agrolink, 20 out. 2006. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/justica->

determina-desocupacao-de-fazenda-de-multinacional-no-pr_46899.html. Acesso em: 1 jun. 2026.

AGROLINK. Syngenta retoma posse de fazenda experimental no Paraná. Agrolink, 19 jul. 2007. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/syngenta-retoma-posse-de-fazenda-experimental-no-parana_57423.html. Acesso em: 1 jun. 2026.

BOGO, Ademar. *Arquiteto de sonhos*. São Paulo: Expressão Popular, [s.d.].

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL DE FATO. Latifúndio na Bahia é ocupado por 120 mulheres do MST. Brasil de Fato, 2 mar. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/02/latifundio-na-bahia-e-ocupado-por-120-mulheres-do-mst/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil*. Goiânia: CPT, diversas edições.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Ataque de milícia da empresa Syngenta deixa mortos e feridos no Paraná. Cimi, 22 out. 2007. Disponível em: <https://cimi.org.br/2007/10/26626/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

ENGELMANN, Solange; CARRANO, Pedro. Justiça anula decreto de desapropriação da Syngenta. MST, 18 jan. 2008. Disponível em: <https://mst.org.br/2008/01/18/justica-anula-decreto-de-desapropriacao-da-syngenta/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

FERREIRA, Iolanda Araujo. As mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos: rastros da experiência organizativa nas páginas do Jornal Sem Terra. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, Pelotas, v. 7, n. 11, ago. 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *A questão da mulher no MST*. São Paulo: MST, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Caderno de Formação n. 2: mulher sem-terra*. São Paulo: MST, [19--].

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Caderno de Formação n. 15: a mulher nas diferentes sociedades*. São Paulo: MST, 1988.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Cadernos de Formação*. São Paulo: MST, diferentes edições.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Ato reforça luta das famílias do MST por reforma agrária no Distrito Federal. MST, 14 mar. 2012. Disponível em: <https://mst.org.br/2012/03/14/ato-reforca-luta-das-familias-do-mst-por-reforma-agraria-no-distrito-federal/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Jornada de luta das mulheres Sem Terra tem início com ocupações de latifúndios na BA. MST, 2 mar. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/02/jornada-de-luta-das-mulheres-sem-terra-tem-inicio-com-ocupacoes-de-latifundios-na-ba/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Mulheres Sem Terra ocupam fazenda com histórico de trabalho escravo no Tocantins. MST, 9 mar. 2026. Disponível em: <https://mst.org.br/2026/03/09/mulheres-sem-terra-ocupam-fazenda-com-historico-de-trabalho-escravo-no-tocantins/>. Acesso em: 25 jun. 2026.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Mulheres Sem Terra ocupam fazenda em Planaltina e denunciam agrotóxicos. MST, 8 mar. 2012. Disponível em: <https://mst.org.br/2012/03/08/mulheres-sem-terra-ocupam-fazenda-em-planaltina-e-denunciam-agrotoxicos/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Trabalhadores impõem derrota à Syngenta no Paraná. MST, 8 dez. 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/12/08/trabalhadores-impoem-derrota-a-syngenta-no-parana/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

ROCHA, Bruno Lima. O assassinato do Sem Terra Elton Brum em São Gabriel e suas consequências políticas. MST, 24 ago. 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/08/24/o-assassinato-do-sem-terra-elton-brum-em-sao-gabriel-e-suas-consequencias-politicas/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOBREIRO FILHO, José. Ocupações de terra no Brasil (1988-2010): uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra. *GeoGraphos: Revista Digital sobre Geopolítica, Geografía y Ciencias Sociales*, v. 2, n. 14, p. 1-26, 2011.

VIA CAMPESSINA. *Soberania alimentar e agroecologia: documentos políticos e programáticos*. Diversas edições.

VIEIRA, Flávia Braga. Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina. *Revista NERA*, Presidente Prudente, n. 20, p. 58-82, jan./jun. 2012.